



As inquietações antiabortistas da conselheira de Trabalho e Bem-Estar: Protecção do direito à vida em formação.

Junho de 2010

Noela Campanha (Membro da Mesa Nacional de BRIGA)

O Executivo de Feijó anuncia de novo medidas sociais com denominação de origem "PP". O protagonista agora é o anteprojecto em "apoio à família e a convivência" que a começos da semana passada fijo público a conselheira do Trabalho e Bem-estar, Beatriz Mato.

A variedade de artigos que o conformam vam desde a reeducação dos/as menores que delinquiróm, ajudas aos/às idosos@s, a conciliação da vida laboral e a familiar até (e sobretudo) a promoção de campanhas de "sensibilização para a protecção do direito à vida em formação" dirigidas às crianças e à juventude que se unem ao fomento da adopção como alternativa ao aborto; entre outras.

A mistura nom engana ninguém. Às claras, vam financiar umha campanha contra o aborto com dinheiro público. De facto, a porta-voz de RedMadre, Coloma Viúdez, já o qualifica de nada menos que de "tam progressista que quase é subversiva"; quer dizer, o fundamentalismo católico está jubiloso, exultante, entusiasmado, contente... com esta norma.

A Conselheira dos ERE's, que parece nom ter tanto empreendimento para acabar com os milheiros de desempregad@s e as péssimas condições laborais na Galiza, goza doutras inquietações: O antiabortismo militante.

Só esta afirmação consegue explicar que estejam impulsionando umha burda imitação da lei aprovada em 2009 pola Generalitat Valenciana de "Protecção da maternidade" com o corrupto e bem vestido Francisco Camps à cabeça. Dita norma fora redigida naquela altura polo conselheiro do Bem-Estar Social e antiabortista declarado, Juan Contino, limitando-se a desenvolver o art.8 de umha lei chamada "Protecção integral da infância e da adolescência". Obviamente, no momento de aprovar essa lei de "protecção integral" asseguravam que estava longe a intenção de ser o antiabortismo a linha principal.

Como no caso galego o argumentário integrista fora introduzido com o disfarce das medidas sócio-económicas e da criação de umha rede social de protecção às mulheres, subsidiando o assessoramento "desinteressado" (sempre em maos de grupos antiabortistas) prévio aborto e direccionado à juventude.

Tanto a aprovação parlamentar daquela Iniciativa Legislativa encabeçada por grupos como RedMadre em 2009, polo que a Junta estabelecería concertos com grupos pró-vida; como as declarações da conselheira de sanidade, Pilar Farjas, capaz de fazer do criacionismo umha nova tendência nas esferas do poder galego graças as suas célebres frases: "a ciência permite-nos ver a grandeza de quem foi capaz de criar vida", "somos a presença viva de Jesus na sociedade" ou "quem quizer enfrentar



conhecimento científico com fé tergiversa a defesa da vida que fazemos os cristãos"; até este novo anteprojecto, faz parte, indubitavelmente, da mesma estratégia.

Os senhores e as senhoras que temos instalados no governo da Junta da Galiza têm a firme intenção de impor, passo a passo, as suas integristas convicções via Código Penal e se for preciso e os deixamos, integrando o direito canónico nas normas do direito comum, e já postos, fazê-lo matéria obrigatória em todos os centros de ensino galegos.

O procedimento tem de materializa-se sob diversas vias: A política, a episcopal, a activista, a educacional... A força visual e o impacto psicológico que tem o aparato mediático faz fulcral criar e activar numerosos grupos autoproclamados de carácter "individual e espontâneo" pela geografia do Estado espanhol, com papéis bem determinados e orientados que se verão "obrigados" a unir-se e mobilizar-se. A jogada é a de otimizar os lucros acumulando mais subsídios e conseguindo mais achegas dos grupos políticos e das empresas fazendo mais visível e efectiva a sua militância.

Construída a farsa da "demanda social", e sobretudo visibilizada, os legisladores vergados aos interesses eclesiásticos farão uso dela como pretexto para as suas iniciativas. Cumpre insistir em "sobretudo visibilizada" dado que as demandas feministas e as da juventude são silenciadas por completo, transformando o debate numa enorme montagem.

A intencionalidade da equipa de Feijó é normalizar e divulgar que são uma força política de primeira ordem ao serviço de um espanholíssimo estado confessional em insistente guerra contra as mulheres que abortem. Assim, armando-se de discursos delirantes e populistas poderão, por uma banda, ganhar o sector da população mais envelhecido com a mentalidade fraguada a golpes de nacional-catolicismo e em grande parte com privilégios de classe; e, por outra, deleitar o poder eclesiástico e os seus tentáculos na política, na administração e no mundo empresarial. Um jogo bidireccional e que avança retroalimentando-se.

Por isso, apesar da força mobilizadora do feminismo combativo conseguir superar a censura e não poderem ocultar estas reivindicações, o seguinte passo que nos temos preparado é a marginalização junto com a imediata absorção delas pelo feminismo institucional que freará por completo a mensagem revolucionária. Por isso nos últimos dias o insulto multiplica-se quando vemos o PSOE ou ao BNG convertidos em porta-vozes do feminismo. Enrocados na Lei do Aborto do PSOE como a vanguarda da reivindicação da soberania das mulheres sobre os nossos próprios corpos. No entanto, o direito a decidir livremente implica não só a não coacção do "assessoramento" destes grupos pró-vida, como também, por exemplo, dar cabo por completo dos contínuos desrespeitos do pessoal sanitário que se acolhe à objecção de consciência enquanto trabalha para a sanidade pública. Mas disto parece que se esquece.

Exigir o direito de abortar na sanidade pública, gratuitamente e em óptimas condições implica encarar a Igreja Católica misógina e doente da dupla moral que ao longo dos séculos condicionou as instituições que hoje nos afligem. Independentemente de vestirem hábito ou não, as jovens galegas detectamos e declaramos a guerra aos integristas católicos, com certeza, muito especialmente aos delegados em Sam Caetano por que exigimos um direito a decidirmos sem condições e porque reagiremos sem descanso até dar cabo deles e das suas campanhas.